ESCRITA COMO ATO SOCIAL: A FORMAÇÃO DE SUJEITOS AUTÔNOMOS DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

DEBORA CRISTINA GUILHERME ADÃO

Resumo

Este artigo discute a cultura escrita como prática social e sua inserção na educação infantil como ferramenta de formação cidadã e emancipatória. Ao considerar a escrita não apenas como codificação linguística, mas como um fenômeno cultural e socialmente situado, o trabalho analisa como práticas pedagógicas significativas, contextualizadas e interativas podem desenvolver nos sujeitos infantis um senso de pertencimento, autoria e participação. A abordagem considera as contribuições dos estudos de letramento, da pedagogia crítica e das políticas públicas de alfabetização, destacando a urgência de propostas que superem a mera tecnicidade do ensino da escrita. O artigo baseia-se em revisão bibliográfica de autores como Brian Street, Emilia Ferreiro, Paulo Freire e Magda Soares, além da análise de documentos curriculares nacionais. Ao final, propõe caminhos para ampliar o papel social da escrita desde os primeiros anos escolares.
Palavras-chave: Cultura escrita; Educação infantil; Função social da escrita; Letramento; Formação cidadã.

Abstract

This paper discusses written culture as a social practice and its inclusion in early childhood education as a tool for citizenship and emancipation. By considering writing not only as a linguistic codification, but as a culturally and socially situated phenomenon, the work analyzes how meaningful, contextualized and interactive pedagogical practices can develop a sense of belonging, authorship and participation in children. The approach considers the contributions of literacy studies, critical pedagogy and public literacy policies, highlighting the urgency of proposals that go beyond the mere technicality of teaching writing. The article is based on a bibliographic review of authors such as Brian Street, Emilia Ferreiro, Paulo Freire and Magda Soares, in addition to the analysis of national curricular documents. In the end, it proposes ways to expand the social role of writing from the early school years.
Keywords: Written culture; Early childhood education; Social function of writing; Literacy; Citizenship formation.

INTRODUÇÃO

A escrita ocupa um papel central na organização das sociedades contemporâneas, sendo instrumento de comunicação, registro, expressão e, sobretudo, de poder. Desde muito cedo, a criança é inserida em contextos sociais onde a linguagem escrita circula com diferentes funções e significados. No entanto, a escola nem sempre reconhece ou valoriza essas vivências prévias, tratando a escrita de forma descontextualizada, desprovida de sentido social. Esse distanciamento entre a prática escolar e a realidade sociocultural dos alunos compromete o desenvolvimento de uma relação significativa com a cultura escrita.

A cultura escrita deve ser compreendida como uma construção coletiva, histórica e social, que ultrapassa o domínio técnico da leitura e da escrita. Trata-se de um conjunto de práticas que envolvem modos de produção, circulação e uso da linguagem escrita em diferentes esferas da vida social. Ao reconhecer esse caráter social, a escola – especialmente na educação infantil – assume a responsabilidade de ampliar o repertório cultural das crianças, oferecendo-lhes oportunidades de interagir com textos autênticos, variados e funcionalmente relevantes.

A infância é um período crítico para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e linguísticas. Nesse sentido, a educação infantil não pode se limitar a preparar as crianças para a alfabetização formal, mas deve proporcionar experiências ricas com a linguagem, promovendo o letramento desde os primeiros anos. O letramento, entendido como prática social da leitura e da escrita, amplia o olhar sobre a cultura escrita ao incluir os contextos de uso e os significados

que os sujeitos atribuem aos textos.
Autores como Emilia Ferreiro e Ana Teberosky já demonstraram, nas décadas de 1970 e 1980, que a criança constrói hipóteses sobre a escrita antes mesmo da escolarização formal. Paulo Freire, por sua vez, enfatiza a importância de uma pedagogia libertadora, que considere a leitura do mundo como ponto de partida para a leitura da palavra. Esses referenciais sustentam uma concepção de ensino que valoriza a experiência do sujeito, sua história, sua voz e sua agência no processo educativo.
A função social da escrita, nesse contexto, não se restringe à comunicação ou à aquisição de conhecimento escolar. Ela está diretamente relacionada à participação cidadã, ao direito à informação e à expressão de identidades. Na educação infantil, oferecer condições para que a criança se veja como produtora de textos e leitora competente é um passo fundamental para garantir sua inserção crítica e ativa na sociedade. Isso exige do educador uma escuta atenta, uma mediação sensível e um planejamento pedagógico significativo.
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância das práticas sociais de linguagem desde a educação infantil, propondo direitos de aprendizagem que envolvem a exploração de diferentes gêneros textuais, suportes e portadores. No entanto, ainda há desafios em sua efetivação, principalmente no que diz respeito à formação docente, à infraestrutura das escolas e à superação de práticas centradas na decodificação mecânica da escrita. É preciso ressignificar o lugar da escrita na infância.
As práticas pedagógicas devem ser capazes de dialogar com o mundo da criança, incorporando elementos de sua cultura, suas vivências e seus modos de ver o mundo. O espaço da sala de aula precisa ser, portanto, um ambiente de investigação, criação e troca, no qual a escrita seja vivida como prática significativa. Projetos didáticos, sequências de leitura e produção textual, rodas de conversa e experiências interativas podem fomentar esse processo.
Por fim, é necessário reafirmar a escrita como direito e como ferramenta de emancipação desde os primeiros anos escolares. Ao promover a cultura escrita como prática social na educação infantil, o educador contribui para a construção de sujeitos críticos, autônomos e engajados com sua realidade. Este artigo se propõe, assim, a discutir caminhos para fortalecer essa perspectiva na prática docente, à luz de aportes teóricos e diretrizes curriculares que sustentam uma educação comprometida com a transformação social.

A CULTURA ESCRITA COMO PRÁTICA SOCIAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS

A compreensão da cultura escrita como prática social decorre de uma mudança de paradigma nas ciências da linguagem e da educação. Ao contrário da visão tecnicista, que trata a escrita como um código a ser decifrado, a perspectiva social compreende a escrita como situada em contextos específicos de uso. Essa concepção, amplamente influenciada pelos Estudos de Letramento, propõe que ler e escrever são atividades impregnadas de valores culturais, ideológicos e históricos.
Brian Street foi um dos principais teóricos a desafiar a concepção autônoma da escrita, propondo a ideia de letramento como prática social. Para ele, a escrita não é um conjunto de habilidades neutras, mas uma tecnologia cultural que adquire sentidos diferentes conforme o contexto. Essa visão desloca o foco do ensino da escrita das competências técnicas para os usos sociais da linguagem, o que tem implicações diretas para a educação infantil.
Historicamente, a escola foi concebida como o espaço formal de transmissão da cultura escrita, muitas vezes desconsiderando os saberes prévios das crianças. Durante muito tempo, a alfabetização foi tratada como um processo mecânico, centrado na cópia, na caligrafia e na repetição de letras e sílabas. Essa abordagem descontextualizada produziu práticas que ignoravam o potencial criativo e interpretativo das crianças.
A psicogênese da língua escrita, proposta por Ferreiro e Teberosky, foi revolucionária ao demonstrar que a criança não é passiva no processo de apropriação da escrita. Ao contrário, ela formula hipóteses, testa pos-

sibilidades e constrói seu conhecimento de maneira ativa e singular. Essa descoberta contribuiu para que as práticas pedagógicas passassem a valorizar a produção textual, a leitura compartilhada e o contato com portadores reais de texto.

A escrita, portanto, não pode ser tratada como um fim em si mesma, mas como parte de uma rede de significados que envolve práticas sociais complexas. Quando a escola oferece experiências significativas de leitura e escrita desde a infância, ela está introduzindo as crianças em práticas culturais que ampliam sua visão de mundo. Isso inclui o acesso à literatura, à escrita funcional, ao jornal, às listas, aos bilhetes, aos convites e tantos outros gêneros presentes no cotidiano.

Além do campo da linguagem, a cultura escrita é atravessada por dimensões políticas e sociais. A alfabetização é também um processo de inclusão cidadã. Ao dominar as práticas de leitura e escrita socialmente relevantes, o sujeito adquire instrumentos para participar ativamente da vida pública, compreender direitos, reivindicar espaço e produzir discurso. Isso reforça a importância de iniciar essa formação desde os primeiros anos escolares.

A perspectiva histórica mostra ainda que o acesso à cultura escrita sempre foi um marcador de desigualdade. Durante séculos, ler e escrever eram privilégios de classes dominantes, enquanto as camadas populares permaneciam excluídas. A democratização da educação pública e das práticas de letramento representa, portanto, uma conquista civilizatória que deve ser preservada e ampliada.

Dessa forma, este capítulo destaca que reconhecer a cultura escrita como prática social exige um reposicionamento da escola e do educador. É preciso transitar de uma pedagogia da repetição para uma pedagogia do sentido, que valorize o sujeito, suas experiências e suas produções. A educação infantil tem papel fundamental nesse processo, pois é nela que se inicia o contato sistemático com os modos de ler e escrever no mundo.

A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VIVÊNCIAS, SENTIDO E INTERAÇÃO

Na educação infantil, o contato com a linguagem escrita deve ser natural, prazeroso e contextualizado. A criança, ao chegar à escola, já traz experiências com o mundo letrado: reconhece logotipos, identifica letras em embalagens, compreende o uso de cartazes e placas. Essas vivências formam um repertório que precisa ser valorizado e ampliado pelas práticas pedagógicas, em vez de substituído por exercícios formais de treino gráfico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e a BNCC defendem que o trabalho com a linguagem escrita nessa etapa não deve visar à alfabetização formal, mas sim ao letramento. Isso implica oferecer múltiplas oportunidades para que a criança observe, manuseie, interprete e produza textos com diferentes propósitos. A leitura de histórias, os projetos temáticos, a escrita coletiva e o uso de murais são exemplos de práticas que favorecem o contato com a cultura escrita de forma significativa.

A escuta atenta do professor é fundamental para captar os interesses e necessidades das crianças. A partir dessas escutas, é possível planejar atividades que façam sentido, que dialoguem com a realidade dos pequenos e que despertem sua curiosidade. Por exemplo, a escrita de listas para organizar brincadeiras, de bilhetes para colegas ou de receitas para um piquenique são situações reais que atribuem função social à escrita e mobilizam as crianças a escrever.

Outro aspecto relevante é a mediação do adulto. A presença do educador como leitor e escritor competente influencia diretamente o modo como a criança percebe o valor da escrita. Professores que leem diariamente, que escrevem na frente das crianças e que demonstram entusiasmo com os textos contribuem para criar uma cultura escrita viva e compartilhada no ambiente escolar. Essa atitude estimula o interesse e a participação dos alunos.

Além da mediação humana, o espaço físico também é um aliado importante. Ambientes alfabetizadores, com cantinhos de leitura, exposições de textos infantis, cartazes produzidos pelas crianças e materiais variados, convidam à exploração da linguagem escrita.

A ambientação deve favorecer a autonomia, a experimentação e o envolvimento ativo com os textos. A organização do espaço comunica o valor que a escola atribui à escrita. A produção textual na educação infantil não se limita à escrita convencional. A criança pode ditar textos, inventar histórias, usar símbolos próprios e participar da construção coletiva de enredos. O importante é que ela se sinta autora e compreenda que escrever é comunicar algo a alguém. Ao vivenciar essas experiências, mesmo antes de dominar o código alfabético, a criança aprende que a escrita tem destinatário, intenção e forma.

Os registros feitos pelas crianças devem ser valorizados como documentos de pensamento e expressão. Mesmo rabiscos ou grafias não convencionais carregam significados e mostram o avanço na compreensão da linguagem escrita. O educador deve observar esses registros com olhar investigativo, buscando identificar hipóteses, padrões e avanços no percurso de cada criança. Essa atitude valoriza a aprendizagem como processo e não como produto.

Enfim, o trabalho com a escrita na educação infantil não deve antecipar etapas, mas sim criar um ambiente fértil para que a criança se encante com a linguagem e deseje aprender cada vez mais. Ao proporcionar experiências significativas de leitura e escrita, a escola amplia o universo simbólico da criança e contribui para sua formação integral. A escrita, nesse contexto, é vivida como direito, linguagem e cultura.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA TRANSFORMADORA

Embora as diretrizes curriculares apontem caminhos progressistas, a prática pedagógica muitas vezes enfrenta obstáculos estruturais e conceituais. Um dos principais desafios é o excesso de expectativas precoces sobre a alfabetização, que pressiona a educação infantil a assumir funções que não lhe são próprias. Essa antecipação pode gerar ansiedade, práticas mecânicas e negação da infância como tempo de experimentação.

Outro desafio é a formação docente. Muitos professores ainda não tiveram acesso a estudos aprofundados sobre letramento, cultura escrita ou pedagogia da linguagem. Sem embasamento teórico consistente, é comum a reprodução de práticas tradicionais, como cópias, traçados e fichas de letras, que desvalorizam o potencial criativo da criança. Investir em formação continuada, reflexiva e situada é essencial para transformar essa realidade.

Além disso, as desigualdades sociais impactam diretamente as oportunidades de contato com a cultura escrita. Crianças de contextos vulneráveis têm menos acesso a livros, tecnologia e ambientes letrados em casa. Isso reforça o papel da escola como espaço de compensação cultural e de justiça social. Garantir acervos literários de qualidade, espaços de leitura e políticas de inclusão é um compromisso ético da educação pública.

Apesar desses desafios, há experiências exitosas que demonstram a viabilidade de práticas transformadoras. Projetos pedagógicos baseados em literatura infantil, rodas de leitura, produção de jornais escolares e parcerias com bibliotecas mostram como a escrita pode ganhar sentido real na vida das crianças. O protagonismo infantil nesses projetos revela a potência da infância como tempo de autoria.

Outro caminho promissor é o uso das tecnologias digitais na educação infantil, desde que com intencionalidade pedagógica. Aplicativos de leitura, recursos interativos e produção de vídeos ou histórias digitais podem ampliar as possibilidades de expressão escrita e leitura compartilhada. As tecnologias, nesse sentido, devem ser aliadas da criação, da comunicação e da participação social.

A valorização da diversidade linguística e cultural também é aspecto central para uma prática transformadora. Respeitar os modos de falar e escrever das crianças, reconhecer suas culturas de origem e promover o diálogo intercultural são atitudes que ampliam a compreensão da linguagem como construção coletiva e viva. A escola precisa acolher e legitimar essas vozes, promovendo uma escrita plural e democrática.

Nesse contexto, a avaliação das práticas de linguagem deve considerar o percurso da criança, suas hipóteses e progressos. A escrita na infância não pode ser reduzida a um padrão ideal, mas deve ser vista como

expressão legítima de um sujeito em formação. Avaliar com sensibilidade e olhar investigativo é parte do compromisso com uma pedagogia emancipatória.

Conclui-se que promover a função social da escrita desde a educação infantil requer um conjunto articulado de ações: formação docente, ambientes letrados, escuta sensível, intencionalidade pedagógica e políticas públicas. É um projeto coletivo que demanda engajamento, reflexão e coragem para romper com modelos ultrapassados. Ao fazer da escrita uma experiência viva, a escola contribui para formar sujeitos que leem o mundo e escrevem sua própria história.

ESCRITA E IDENTIDADE INFANTIL: A CONSTRUÇÃO DO EU ATRAVÉS DA LINGUAGEM

A escrita, enquanto prática social, não apenas comunica ideias, mas também constitui subjetividades. Desde os primeiros contatos com o mundo letrado, a criança começa a perceber-se como um ser que pode nomear o mundo, expressar desejos, registrar sentimentos e contar suas histórias. Nessa perspectiva, a escrita se torna um instrumento potente na construção da identidade infantil, permitindo à criança afirmar seu lugar no mundo e estabelecer vínculos simbólicos com os outros.

O processo de identificação com a linguagem escrita envolve o reconhecimento de que a criança tem algo a dizer e que sua voz importa. Quando os adultos leem e escrevem com as crianças, valorizando suas falas e produções, reforçam a noção de autoria e agência. Essa valorização fortalece a autoestima e a percepção da criança como sujeito ativo de sua história, capaz de interferir e transformar a realidade ao seu redor por meio da linguagem.

A escrita como expressão do eu também promove o autoconhecimento. Ao registrar experiências, emoções e pensamentos, a criança se vê representada no texto e pode elaborar vivências que, por vezes, não encontra espaço para verbalizar. Diários, desenhos com legendas, histórias inventadas e cartas são exemplos de gêneros que estimulam a reflexão sobre si e o mundo, criando oportunidades de desenvolvimento emocional e cognitivo.

Nesse processo, o papel do educador é fundamental. Ele deve encorajar a criança a experimentar diferentes formas de expressão escrita, sem impor modelos rígidos ou padrões normativos. Ao valorizar a diversidade de registros e respeitar os tempos e modos de cada sujeito, o professor cria um ambiente seguro para a expressão autêntica. O reconhecimento da singularidade de cada produção textual reforça o respeito à identidade individual e coletiva.

A escola, portanto, precisa promover situações em que a escrita esteja a serviço da construção de sentido e identidade. Projetos como autobiografias ilustradas, relatos de experiências vividas ou criações inspiradas em temas significativos para as crianças favorecem esse encontro com o eu e com o outro. Ao escrever sobre o que vive e sente, a criança constrói pontes entre sua história pessoal e o universo simbólico mais amplo da cultura escrita.

Além disso, é preciso considerar a diversidade de identidades presentes no contexto escolar. Crianças negras, indígenas, migrantes, com deficiência ou pertencentes a comunidades tradicionais têm direito a ver suas histórias, nomes, costumes e vozes representadas nos textos que circulam na escola. A escrita pode ser um instrumento de empoderamento e reconhecimento quando é utilizada para afirmar a pluralidade de experiências e subjetividades.

Ao articular escrita e identidade, a educação infantil amplia a função social da linguagem, superando a lógica do ensino puramente instrumental. A escrita passa a ser compreendida como prática formadora, que possibilita o exercício da cidadania desde cedo. Isso reforça a urgência de práticas pedagógicas sensíveis, dialógicas e comprometidas com a valorização da infância em toda sua complexidade.

Conclui-se que a escrita, ao constituir sujeitos, não pode ser tratada de forma neutra ou descontextualizada. É preciso que a escola assuma sua função política e cultural ao fomentar a escrita como ferramenta de construção do eu, de reconhecimento do outro e de transformação social. Na educação infantil, essa prática é o ponto de parti-

da para formar sujeitos críticos, conscientes de si e de seu papel no mundo.

O BRINCAR E A ESCRITA: INTEGRAÇÕES POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A relação entre o brincar e a escrita é muitas vezes negligenciada nas propostas pedagógicas, como se fossem esferas incompatíveis. No entanto, diversas pesquisas mostram que o brincar é uma linguagem da infância que pode potencializar significativamente o contato com a cultura escrita. A integração entre essas duas dimensões permite uma abordagem mais sensível e eficaz do processo de letramento na educação infantil.

No contexto do brincar, a criança explora, inventa e representa o mundo simbólica e criativamente. Essas ações envolvem narrativas, personagens, regras, registros e combinações que se aproximam das práticas da linguagem escrita. Ao brincar de casinha, de escola ou de supermercado, a criança utiliza listas, cartazes, bilhetes e etiquetas, estabelecendo relações significativas com o universo letrado de forma espontânea e prazerosa. A escrita inserida nas brincadeiras contribui para que a criança compreenda sua funcionalidade e sentido social. Produzir placas para os ambientes de faz de conta, escrever convites para festas imaginárias ou registrar regras de jogos são situações que valorizam a autoria e promovem a familiaridade com os gêneros textuais. Essa abordagem respeita o tempo da infância e evita a antecipação forçada da alfabetização.

Os cantos de atividades diversificadas, presentes em muitas propostas pedagógicas de educação infantil, são espaços privilegiados para essa integração. O canto da escrita, por exemplo, pode incluir materiais variados como papel, lápis, carimbos, agendas, envelopes e livros, permitindo que as crianças experimentem livremente a linguagem escrita em seus jogos. A autonomia nesses espaços contribui para que a escrita seja vivida como descoberta e prazer.

Outro aspecto importante é a escuta ativa do educador durante as brincadeiras. Ao observar as interações e intervenções espontâneas das crianças, o professor pode identificar oportunidades de mediação que ampliem o repertório linguístico e textual do grupo. O educador pode propor a escrita de bilhetes para resolver conflitos, a elaboração de cartazes para organizar espaços ou a criação de histórias a partir das brincadeiras.

A ludicidade também contribui para a ampliação do vocabulário e para a construção de estruturas discursivas mais complexas. Quando as crianças dramatizam histórias, jogam com palavras, inventam rimas ou constroem enredos coletivos, estão desenvolvendo habilidades essenciais para a produção escrita. O brincar, nesse sentido, não é apenas entretenimento, mas um poderoso instrumento pedagógico.

A integração entre brincadeira e escrita exige planejamento intencional e sensível. Não se trata de instrumentalizar o brincar para ensinar a escrever, mas de reconhecer que ambas as linguagens se complementam no desenvolvimento integral da criança. O educador deve estar atento às potencialidades lúdicas da linguagem e disposto a aprender com as crianças, valorizando sua criatividade e imaginação.

Em síntese, promover a escrita a partir do brincar é uma forma de respeitar a infância, valorizar suas formas próprias de expressão e ampliar as oportunidades de letramento. Essa proposta rompe com práticas escolarizantes e aproxima a escola da vida real das crianças, fazendo da linguagem escrita um território de encantamento, criação e descoberta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura escrita, compreendida em sua dimensão social, política e histórica, assume papel crucial na formação dos sujeitos desde a educação infantil. Ao longo deste artigo, argumentou-se que a escrita não é apenas uma habilidade técnica, mas um instrumento de participação social, expressão de identidades e acesso ao conhecimento. Esse entendimento exige que a escola repense suas práticas pedagógicas, rompendo com modelos tradicionais e assumindo a escrita como experiência significativa e contextualizada.

Na educação infantil, esse compromisso se torna ainda mais relevante, uma vez que é nesse período que se constituem as primei-

ras relações sistemáticas com os textos escritos. O contato inicial com a cultura escrita, quando permeado por mediações intencionais e sensíveis, favorece o desenvolvimento de uma postura investigativa, crítica e criativa por parte das crianças. A escrita deixa de ser um fim para tornar-se um meio potente de comunicação e transformação.

As práticas pedagógicas, portanto, devem respeitar a infância como tempo de descobertas, experimentações e interações. É fundamental que o educador valorize as hipóteses das crianças, incentive sua produção textual, e promova situações de leitura e escrita que façam sentido em sua realidade social e cultural. A escuta ativa do professor é central nesse processo, pois permite reconhecer e acolher os saberes prévios que cada criança carrega consigo.

Apesar dos avanços teóricos e curriculares, persistem desafios estruturais, como a formação docente deficiente, a precarização das condições escolares e a desigualdade no acesso a ambientes letrados fora da escola. Tais fatores limitam o desenvolvimento pleno das práticas de linguagem na educação infantil. Nesse cenário, políticas públicas de valorização do magistério, ampliação de acervos literários e promoção da justiça educacional tornam-se imprescindíveis.

A superação desses desafios requer uma articulação entre teoria e prática, fundamentada em estudos consolidados sobre letramento, pedagogia da linguagem e desenvolvimento infantil. A produção de conhecimento acadêmico e a formação continuada dos educadores devem caminhar juntas na construção de práticas transformadoras, que enxerguem a criança como sujeito ativo, produtor de cultura e agente de sua própria aprendizagem.

Além disso, é necessário ampliar o conceito de escrita para além do alfabético, reconhecendo outras formas de expressão, como o desenho, a oralidade, os registros simbólicos e as tecnologias digitais. Essas linguagens também compõem o universo da cultura escrita e devem ser integradas ao cotidiano escolar. Dessa forma, a criança se sente pertencente a uma comunidade de leitores e escritores desde cedo, o que fortalece sua identidade e autoestima.

A escola, portanto, tem o compromisso de garantir o direito à escrita como parte do direito à educação. Mais do que ensinar a escrever, é preciso criar condições para que a criança deseje escrever, leia com prazer e compreenda a função da linguagem no mundo. Esse trabalho, embora desafiador, é profundamente transformador, pois contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes e protagonistas de suas histórias.

Conclui-se que promover a função social da escrita desde a educação infantil não é apenas uma escolha pedagógica, mas uma ação ética e política. A escrita, nesse contexto, deve ser vivida como experiência compartilhada, que constrói vínculos, amplia horizontes e fortalece o direito à palavra. Cabe à escola ser esse espaço de escuta, criação e liberdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

KLEIMAN, Ângela B. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

STREET, Brian. Letramentos autônomo e ideológico: um modelo social de alfabetização. In: STREET, Brian. Alfabetização como prática social. São Paulo: Parábola, 2014.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil: uma reflexão sobre as abordagens pedagógicas e suas implicações. Educação & Sociedade,

Campinas, v. 27, n. 96, p. 623-644, 2006.
ROJO, Roxane. Escrita e sociedade: letramento como prática social. São Paulo: Contexto, 2009.
CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2001.
MORAIS, Artur Gomes de. Letramento e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2012.
TINOCO, Regina; SILVA, Ana Cláudia. Práticas de linguagem na educação infantil. Curitiba: Appris, 2020.
HORN, Maria Célia Marcondes. Infância e linguagem: questões para a educação infantil. Campinas: Papirus, 2010.
NUNES, Terezinha. A aprendizagem da escrita e a linguagem oral. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.